



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

FELIPE TUPINIQUEM PINTO BARRETO

MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DO DISTRITO DE SANTIAGO DO IGUAPE
CACHOEIRA–BAHIA

CACHOEIRA – BA

2026

FELIPE TUPINQUIM PINTO BARRETO

**MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DO DISTRITO DE SANTIAGO DO IGUAPE
CACHOEIRA–BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado do curso
Superior em Tecnologia em Gestão
Pública da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia como requisito para
a obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sielia Barreto

FELIPE TUPINIQUIM PINTO BARRETO

**MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO
DISTRITO DE SANTIAGO DO IGUAPE CACHOEIRA–BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 20 de Julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **SIÉLIA BARRETO BRITO**
Data: 23/07/2026 08:52:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora Prof. Dra. Siélia Barreto Brito
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **NELSON EUGENIO PINHEIRO MONTENEGRO**
Data: 21/07/2026 16:40:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS SANTOS CERQUEIRA**
Data: 21/07/2026 13:33:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 20 de Julho de 2026.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão aos meus pais, Reinaldo e Luciene, pelo amor, apoio incondicional, incentivo e pelos ensinamentos que foram fundamentais para minha formação pessoal e acadêmica. Aos meus avós paternos, Pedro e Sônia, pelo carinho, apoio e por fazerem parte da minha trajetória. Dedico também uma lembrança especial e cheia de saudade aos meus avós maternos, Letícia e Francisco (*in memoriam*), cujos ensinamentos, amor e exemplos permanecem vivos em minha memória. A todos os meus avós, que contribuíram para minha criação e para a pessoa que me tornei, deixo minha eterna gratidão.

A minha orientadora Dra. Sielia Barreto, pela dedicação, paciência, disponibilidade e pelas valiosas orientações durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço, ainda, a esta esplêndida universidade, que me acolheu desde o início da minha trajetória acadêmica e contribuiu de forma decisiva para minha formação. Mais do que conhecimentos técnicos e científicos, proporcionou experiências que me transformaram em um cidadão mais consciente, crítico, ético e comprometido com a sociedade. Aos professores do curso, pelos conhecimentos compartilhados e pela contribuição para minha formação acadêmica e profissional. Aos meus colegas de graduação, pela amizade, companheirismo e troca de experiências ao longo dessa caminhada.

Agradeço, de maneira especial, ao povo da comunidade de Santiago do Iguape, que me recebeu com respeito, acolhimento e generosidade. Meu reconhecimento aos residentes dessa comunidade, pessoas trabalhadoras, humildes, resilientes e guerreiras, que preservam com orgulho sua história, sua cultura e suas tradições. A simplicidade, a solidariedade e a força demonstradas por cada morador fizeram desta pesquisa uma experiência enriquecedora, pela qual serei eternamente grato.

A todos que de alguma forma contribuiu para a minha formação, direta ou indiretamente, e deixaram alguma contribuição ao longo do percurso.

BARRETO, Felipe Tupiniquim Pinto. Moeda Social como Instrumento de Desenvolvimento Local: O Caso do Distrito de Santiago do Iguape Cachoeira–Bahia. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2026.

RESUMO

O presente estudo analisa a moeda social Sururu como instrumento de fortalecimento do desenvolvimento local na comunidade quilombola de Santiago do Iguape, localizada no município de Cachoeira, Bahia. A pesquisa tem como objetivo compreender o funcionamento das moedas sociais, sua regulamentação no contexto brasileiro e a percepção da população acerca da utilização da moeda Sururu. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Os resultados demonstraram que, embora a maioria dos entrevistados conheça a existência da moeda social, sua utilização ainda é limitada em razão da baixa adesão dos estabelecimentos comerciais, da insuficiente divulgação da iniciativa e da reduzida percepção de seus benefícios para o desenvolvimento local. Observou-se, contudo, que parte significativa dos participantes utilizaria a moeda caso sua aceitação fosse ampliada, evidenciando potencial para fortalecer a economia local, estimular o consumo nos empreendimentos da comunidade e promover maior inclusão financeira. Conclui-se que a moeda social Sururu representa um importante instrumento de economia solidária e um potencial para o seu desenvolvimento, mas sua consolidação depende da ampliação das políticas de incentivo, da participação comunitária, do fortalecimento institucional e da expansão da rede de aceitação da moeda, de forma a potencializar seus impactos econômicos e sociais no território.

Palavras-chave: Moeda social; Economia solidária; Desenvolvimento local; Banco comunitário; Desenvolvimento endógeno.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS:

ASMOCONP – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCD - BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

BSQI - BANCO COMUNITÁRIO QUILOMBOLA DO IGUAPE

ECOSOL – ECONOMIA SOLIDÁRIA

ES – ECONOMIA SOCIAL

MS – MOEDAS SOCIAIS

MP – MEDIDA PROVISÓRIA

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ONGS – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PMPEPS - PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, COMBATE À POBREZA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

RBCB - REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – REPRESENTAÇÃO DO CIRCUITO BÁSICO DA MOEDA SOCIAL NO BCD;

FIGURA 02 – LOCALIZAÇÃO DE SANTIAGO DO IGUAPE E DOS PRINCIPAIS CENTROS POPULACIONAIS DO RECÔNCAVO BAIANO;

FIGURA 03 – FESTIVAL CULTURAL E GASTRONÔMICO DA FESTA DA OSTRAS 2024;

FIGURA 04 – GOVERNADOR E AUTORIDADES LOCAIS NA FESTA DA OSTRAS EM 2024;

FIGURA 05 - CÉDULAS DAS MOEDAS SOCIAIS SURURU.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – RESULTADOS SOBRE CONHECIMENTOS DA MOEDA;

GRÁFICO 02 – DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS QUANTO À PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA MOEDA SOCIAL SURURU SOBRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOEDAS SOCIAIS.....	16
2.1 As Moedas Sociais	19
2.1 Os Primeiros Registros e as Experiências das Moedas Sociais no Mundo	21
2.2 As Moedas Sociais no Brasil	23
2.3 O Papel da Tecnologia e Inovação na Expansão das Moedas Sociais	28
3. MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL: REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO NO CONTEXTO LOCAL.....	31
4. A MOEDA SURURU NA COMUNIDADE DE SANTIAGO DO IGUAPE.....	34
4.1 Da Metodologia.....	37
4.2 Dos Resultados.....	39
4.2.1 Panorama dos resultados demonstrados.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	49

INTRODUÇÃO

As moedas sociais surgem como instrumentos alternativos de circulação econômica voltados ao fortalecimento do desenvolvimento local, da economia solidária e da inclusão financeira de comunidades que, muitas vezes, encontram dificuldades de acesso aos serviços oferecidos pelo sistema financeiro convencional. Diferentemente da moeda oficial, sua circulação ocorre de forma restrita ao território onde são implementadas, incentivando que os recursos permaneçam na própria comunidade, estimulando o comércio local, a geração de renda e a cooperação entre moradores, produtores e empreendedores. No Brasil, as experiências com moedas sociais ganharam destaque a partir da criação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), especialmente com o Banco Palmas, que se tornou referência nacional ao demonstrar o potencial desses instrumentos para promover inclusão social e desenvolvimento econômico em territórios de maior vulnerabilidade. Desde então, diversas comunidades passaram a adotar moedas sociais próprias, adaptadas às suas características econômicas, culturais e territoriais.

Entre essas iniciativas destaca-se a moeda social Sururu, criada no território quilombola do Vale do Iguape, no município de Cachoeira, Bahia. Seu principal objetivo consiste em fortalecer a economia local, incentivar o consumo nos estabelecimentos da comunidade e ampliar a circulação da renda dentro do próprio território, valorizando as atividades produtivas e a identidade cultural das comunidades quilombolas. Apesar de seu potencial, observa-se que sua utilização ainda enfrenta desafios relacionados à divulgação, à aceitação pelos estabelecimentos comerciais e ao conhecimento da população sobre seu funcionamento. Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a moeda social Sururu pode contribuir para o desenvolvimento local da comunidade de Santiago do Iguape e quais fatores influenciam sua utilização pela população?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a moeda social Sururu como instrumento de desenvolvimento local, considerando seus aspectos de funcionamento, regulamentação e a percepção dos moradores da comunidade de Santiago do Iguape. Como objetivos específicos, pretende-se apresentar os fundamentos da economia solidária e das moedas sociais; discutir o processo de regulamentação dessas iniciativas no Brasil; caracterizar a experiência da moeda Sururu; e analisar os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada junto aos moradores da comunidade.

A realização deste estudo justifica-se pela relevância das moedas sociais como mecanismos de fortalecimento da economia solidária e de promoção do desenvolvimento endógeno, especialmente em comunidades tradicionais e quilombolas. Além disso, a pesquisa contribui para ampliar o conhecimento sobre a experiência da moeda Sururu, ainda pouco explorada na literatura acadêmica, oferecendo subsídios que podem auxiliar futuras pesquisas e a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de questionários estruturados a 30 moradores da comunidade de Santiago do Iguape, permitindo compreender o nível de conhecimento, utilização e percepção da população acerca da moeda social Sururu.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos da economia solidária e das moedas sociais, abordando sua origem, evolução histórica e a influência das tecnologias digitais. O segundo capítulo discute a regulamentação das moedas sociais no Brasil e sua aplicação no contexto local. O terceiro capítulo caracteriza a moeda social Sururu e descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos na pesquisa de campo. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais conclusões, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOEDAS SOCIAIS

A economia solidária pode ser compreendida como um modelo de organização econômica baseado na cooperação, autogestão, solidariedade e valorização do ser humano. Diferentemente do modelo capitalista tradicional, que prioriza o lucro, a economia solidária busca promover inclusão social, geração de renda e desenvolvimento local sustentável. Esse modelo está fundamentado em princípios como a participação coletiva, a divisão justa dos resultados e a tomada de decisões de forma democrática. Além disso, promove o fortalecimento das relações sociais e a valorização do território.

A economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento que organiza a produção, comercialização e consumos sob as bases da solidariedade, sendo uma das premissas do trabalho a preocupação com o outro, a exemplo das justa distribuição de tarefas, bem como dos resultados do trabalho coletivo [...] (SENHORAS, 2010, p. 4).

O supracitado autor destaca que esse modelo rompe com a lógica individualista do mercado tradicional, ao priorizar a distribuição equilibrada das tarefas e dos resultados do trabalho, evidenciando a preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos. Nesse sentido, suas contribuições reforçam a importância da economia solidária como instrumento de inclusão social e fortalecimento das relações comunitárias. “A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar” (SINGER, 2002, p. 114).

A partir do modelo mencionado por Singer sobre as relações de organizações da economia social, surgem diversas oportunidades de inserção econômica, como a criação de cooperativas, associações, feiras locais, produção artesanal e redes de comercialização comunitária. Essas iniciativas contribuem diretamente para a geração de emprego e renda, além de favorecerem a inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto, elementos como o conhecimento compartilhado e, principalmente, a confiança entre os membros da comunidade tornam-se fundamentais. A confiança atua como um elo de ligação entre os moradores, fortalecendo as relações sociais e possibilitando a circulação das moedas sociais, uma vez que os indivíduos passam a consumir e divulgar produtos e serviços produzidos no próprio território.

Segundo Singer (2002, p. 19), “[...] a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas do seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa”. Evidenciando que esse

modelo organizacional requer maior envolvimento coletivo, responsabilidade compartilhada e participação ativa dos indivíduos nos processos decisórios da empresa, fortalecendo práticas democráticas e a construção de relações baseadas na cooperação e na confiança.

Devemos compreender os valores sociais intrínsecos que estão conectados a economia social, com intuito do bem-estar-coletivo, as relações de cooperação mútua entre a comunidade, com a percepção na auto-gestão e na valorização do ser humano. “A partir da noção de que a moeda é constituída socialmente no espaço, Lee (1999, apud Silva et al., 2018, p. 466) considera que a moeda representa um fenômeno econômico essencialmente geográfico, pois, na dimensão temporal e espacial, serve de instrumento para a reprodução social e econômica”. Esse conceito contribui para a valorização do espaço como dimensão social, fortalecendo as relações comunitárias baseadas na confiança mútua, no sentimento de pertencimento e na valorização cultural.

Para Singer (2002, apud Senhoras, 2020, p. 4), “a economia solidária só pode se realizar se for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito desigual”. O autor menciona a coletividade como o principal objetivo de participação entre os agentes dessa comunidade, o compartilhamento e tomada de decisões são fatores que são determinantes para progresso em sociedade, como um sistema mais igualitário, auto gestor e cooperativo, que busca a transformação social por meio da organização coletiva e justa do trabalho, com uma proposta de uma alternativa ao sistema capitalista tradicional, priorizando a cooperação e a justiça social em vez da competição e da desigualdade.

Podemos observar, existem diversos conceitos de economias, dentre algumas diferentes da economia solidária, bem como: A Economia de mercado, baseada na propriedade e busca do lucro; Economia planificada: conceitua-se em propriedade coletiva dos meios de produção; Economia mista: combinação entre o mercado e o Estado; temos também a Economia social: Próxima da solidária, mas com foco em organizações que equilibram objetivos econômicos e sociais (como ONGs, fundações, cooperativas). Já a economia solidária compreende outros fatores que são decididos pela própria comunidade, com o conceito de: promover justiça social, inclusão e desenvolvimento local sustentável.

Esta via de crescimento da economia solidária pode desembocar em duas formas muito distintas de relacionamento com a economia inclusiva, dominada pelo capital. Uma destas formas seria o isolamento: a economia solidária tenderia a constituir um todo autossuficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários. (Singer 2002, p. 117)

A reflexão de Singer (2002) evidencia que a economia solidária pode se desenvolver de forma independente, fortalecendo-se a partir do engajamento coletivo e do consumo consciente, que valoriza práticas econômicas pautadas na solidariedade. Nesse conceito compreende-se a valorização territorial e comunitária, e no pertencimento que todos moradores promovem através dessas políticas inclusivas ali implementadas por esses agentes que utilizam e produzem através da economia solidária. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma expressão da autogestão comunitária, em que os próprios moradores mobilizam para atender às suas demandas sociais e econômicas, fortalecendo o sentimento de pertencimento, solidariedade e responsabilidade coletiva pelo desenvolvimento local. “Ao se tornarem legítimos no território — o que exige um processo relativamente longo de sensibilização —, desempenham papel importante não apenas na dimensão econômica, mas também social e indenitária”, destaca RIGO (2019, p. 561)

2.1 As Moedas Sociais

As moedas sociais surgem como instrumentos alternativos de organização econômica, desenvolvidos principalmente em contextos de vulnerabilidade social e exclusão financeira. Essas iniciativas têm como objetivo fortalecer a economia local, incentivar o consumo dentro da própria comunidade e promover a inclusão de indivíduos que, muitas vezes, estão à margem do sistema financeiro tradicional. Nesse sentido, as moedas sociais se consolidam como ferramentas importantes para o desenvolvimento territorial, baseadas na cooperação, na confiança e no fortalecimento das relações comunitárias.

Primeiro, importa esclarecer as denominações atualmente usadas para indicar uso das moedas sociais restritas a um grupo, um bairro, uma cidade ou região. A denominação de caráter mais geral é "moeda complementar" (ou moeda paralela), usada por vários autores. (RIGO, 2018, p. 546).

A discussão proposta por Rigo (2018), demonstra a diversidade conceitual existente em torno das moedas sociais, especialmente no que se refere às suas denominações e formas de utilização em contextos locais. Nesse sentido, observa-se que

tais instrumentos financeiros não apenas assumem diferentes nomenclaturas, como também desempenham funções específicas dentro das comunidades onde são implementados, como na valorização do território, do povo e da cultura. Dessa forma, a utilização de termos como moeda complementar ou paralela reflete não apenas uma questão terminológica, mas também a tentativa de enquadrar essas iniciativas dentro de uma lógica econômica alternativa, voltada ao fortalecimento do desenvolvimento local e à promoção da inclusão financeira.

Considerando as questões econômicas, a utilização de uma moeda social tem como objetivo ampliar a capacidade de autofomento para o atendimento das necessidades da comunidade. Não se trata de buscar a autossuficiência local, mas sim de promover a diversificação econômica, reduzindo a dependência de importações (SHRAVEN, 2000 apud OLIVEIRA et al., 2018, p. 467).

De acordo com Oliveira et al. (2018), a diversificação econômica promovida pela moeda social contribui para a criação de circuitos locais de produção e consumo, estimulando a permanência da riqueza dentro da própria comunidade. Tal dinâmica favorece o fortalecimento de pequenos empreendimentos e cooperativas locais, amplia as oportunidades de geração de renda e reduz a vulnerabilidade econômica frente às oscilações do mercado externo. Além disso, ao incentivar práticas de consumo voltadas ao comércio local, a moeda social atua como instrumento de reorganização econômica, promovendo maior equilíbrio nas relações de troca e incentivando modelos mais sustentáveis de desenvolvimento. Assim, mais do que um meio de pagamento alternativo, a moeda social configura-se como uma estratégia de fortalecimento da autonomia econômica local, sem romper totalmente com as dinâmicas do sistema econômico mais amplo.

As três principais características das moedas sociais, segundo Lietaer (2001 apud OLIVEIRA et al., 2018, p. 468), são: em primeiro lugar, trata-se de um fenômeno que se origina no âmbito do terceiro setor, ou seja, são criadas independentemente do Estado e do mercado; em segundo lugar, apresentam restrições de uso no espaço geográfico, sendo destinadas a um território específico; por fim, constituem formas de moeda que não rendem juros e não funcionam como instrumentos de acumulação. Contudo, essas características mostram que as moedas sociais se diferenciam das convencionais por priorizarem o desenvolvimento local, e não a acumulação de capital. Ao limitarem seu uso a um território específico, fortalecem a circulação interna de recursos, incentivam o consumo local e promovem práticas baseadas na colaboração, na solidariedade e na integração social.

As moedas sociais podem ser compreendidas como moedas complementares à moeda oficial do país, constituindo-se em uma ferramenta utilizada por comunidades locais com o objetivo de fortalecer as economias solidárias, incentivar o consumo interno e promover o desenvolvimento territorial. Essas moedas não substituem a moeda nacional, mas atuam como meios alternativos de troca, circulando dentro de um território delimitado e podendo ser aceitas por produtores, comerciantes e agricultores locais. Seu valor é equivalente ao da moeda oficial, não sendo sujeita a variações cambiais, nem infringindo normas monetárias nacionais.

2.1 Os Primeiros Registros e as Experiências das Moedas Sociais no Mundo

Na Inglaterra, durante o século XIX, surgiram as primeiras experiências com moedas alternativas, conhecidas como *labour notes* (notas de trabalho), idealizadas pelo empresário do setor têxtil Robert Owen. Seu objetivo consistia em limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças nas fábricas. De acordo com Singer (2002, p. 25), “Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e estabelecer o crescimento da atividade econômica”. Em 1817, Owen elaborou um plano destinado à criação de fundos de sustento para a população pobre, cujo número havia aumentado após o fim das guerras contra a França, em 1815, e durante o período de depressão econômica na Grã-Bretanha. Diante do agravamento da extrema pobreza, propôs que o governo adquirisse terras para que as famílias pudessem produzir seu próprio alimento, utilizando o excedente para trocas entre aldeias cooperativas. Entretanto, na segunda década do século XIX, o governo britânico recusou-se a implementar o plano elaborado por Owen, fato que contribuiu para a radicalização de suas propostas.

Conforme destaca Singer (2002, p. 26), “quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista”.

Tal resistência evidenciou os limites impostos pela estrutura econômica vigente e reforçou o caráter transformador das ideias defendidas por Owen, que passaram a questionar de forma mais profunda as bases do capitalismo industrial. Nesse contexto, suas propostas contribuíram para o surgimento de reflexões voltadas à construção de modelos econômicos alternativos, fundamentados na cooperação, na valorização do trabalho humano e na busca por maior justiça social. Tais princípios influenciaram, posteriormente, o desenvolvimento de práticas vinculadas à economia solidária e às moedas sociais, que passaram a ser compreendidas como instrumentos de

fortalecimento das relações comunitárias e de promoção do desenvolvimento econômico local.

Essas iniciativas tinham propostas por Owen tem como objetivo valorizar o trabalho humano e promover trocas locais em um cenário de crise econômica e escassez de moeda oficial, tornando-se precursoras das atuais moedas sociais e complementares, assim, um importante marco histórico para o desenvolvimento de práticas econômicas alternativas, influenciando reflexões posteriores acerca de formas mais justas de organização econômica e social.

As experiências internacionais com moedas sociais demonstram a diversidade de formatos e mecanismos adotados em diferentes contextos territoriais, evidenciando seu potencial como instrumentos de fortalecimento econômico local e ampliação das relações solidárias. Nesse sentido, Rigo (2018) destaca que diversos países passaram a desenvolver sistemas complementares de circulação monetária, adaptados às necessidades de cada território e orientados pela valorização das trocas locais e pela promoção da inclusão socioeconômica. Entre essas experiências, a autora ressalta o caso francês, que apresenta importantes iniciativas de organização monetária alternativa: Conforme (RIGO, p. 544):

Na França, as experiências de uso de moedas sociais se encontram em dois principais sistemas: os SELs (*Systèmes d'Échange Local*); e o sistema SOL. Os SELs foram criados a partir de 1994 e estão espalhados em várias cidades francesas. Seu modo de funcionamento é semelhante aos Clubes de Troca brasileiros. O sistema SOL é relativamente recente e se constitui numa rede de moedas complementares, embora cada uma seja gerenciada nos seus respectivos territórios.

Rigo (2018) evidencia a capacidade das moedas sociais de se adaptarem às especificidades de cada território, preservando características locais e fortalecendo redes de cooperação comunitária. Além disso, demonstram que tais instrumentos podem contribuir para a dinamização econômica, a ampliação das trocas solidárias e o fortalecimento de práticas voltadas ao desenvolvimento local sustentável, consolidando-se como importantes alternativas aos sistemas monetários convencionais.

Outro exemplo relevante ocorreu na Argentina. Conforme destaca Rigo (2018), as moedas paralelas provinciais assumiram papel significativo como instrumentos alternativos de circulação monetária, sendo amplamente reconhecidas e aceitas inclusive pelo Estado Federal. Dentre essas experiências, sobressai a *patacón*, implementada na província de Buenos Aires e utilizada para o pagamento de obrigações públicas,

alcançando cerca de 80% do repasse de salários e pensões. Essa experiência demonstra a capacidade das moedas alternativas de contribuir para a continuidade das atividades econômicas em períodos de instabilidade financeira, evidenciando seu potencial como instrumento de fortalecimento territorial e de promoção da inclusão socioeconômica.. Nesse sentido, observa-se que as moedas sociais podem desempenhar funções estratégicas na reorganização econômica local, especialmente em cenários de crise, ao possibilitarem a manutenção das relações de troca, o fortalecimento da economia regional e a ampliação da participação social no desenvolvimento econômico dos territórios.

2.2 As Moedas Sociais no Brasil

Durante o contexto neoliberal do final da década de 1990, o Estado brasileiro passou a adotar políticas de descentralização administrativa e fiscal, transferindo aos municípios parte significativa das responsabilidades na gestão de políticas públicas. Esse processo foi realizado por meio de reformas institucionais e legais, como a ampliação das competências municipais previstas na Constituição Federal de 1988 e a criação de mecanismos de transferência de recursos, como fundos de participação e convênios intergovernamentais. Com isso, os municípios passaram a ter maior autonomia para planejar e executar ações nas áreas de saúde, assistência social e desenvolvimento local, ainda que com limitações orçamentárias.

Essa reorganização do papel do Estado abriu espaço para o fortalecimento de iniciativas locais de enfrentamento às desigualdades sociais, especialmente por meio da articulação entre poder público, organizações comunitárias e economia solidária. Nesse contexto, surgiram e se consolidaram experiências como bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais, que passaram a atuar como instrumentos de dinamização econômica local, inclusão financeira e fortalecimento das redes de cooperação comunitária.

O conjunto Palmeira, no extremo sul do município, uma região coberta de mato, lama e palmeiras nativas, sem qualquer infraestrutura, após um dos maiores aterros sanitários do município, há mais de 15 quilômetros de onde os pescadores viviam junto ao mar. De conjunto aquela localidade só tinha o nome. Cerca de 1.500 famílias se tornaram rejeito, a ser esquecido, daquele progresso social. (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 488)

Nesse cenário descrito por Cernev e Diniz (2020), marcado pela exclusão social e pela ausência de infraestrutura básica que marcava historicamente a comunidade, emergiram iniciativas comunitárias voltadas ao fortalecimento econômico local,

culminando no surgimento da primeira moeda social brasileira. Esse registro pioneiro da moeda social brasileira ocorreu no final da década de 1990, no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), por meio do Banco Palmas, criado com o propósito de fortalecer a economia local e promover o desenvolvimento comunitário sustentável diante do endividamento das famílias, das condições insalubres, da falta de saneamento básico e da situação de miserabilidade enfrentada pelos moradores. Em 1998, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas (BCD), criado pelos próprios moradores, tornou-se um importante eixo de fortalecimento econômico e social, possibilitando que cooperativas e trabalhadores artesanais participassem das decisões do banco, tivessem acesso ao crédito, utilizassem e realizassem trocas por meio das moedas sociais, além de promover a inclusão social e fortalecer o sentimento de pertencimento territorial.

A primeira iniciativa de BCDs no Brasil, que se inaugurou essa nomenclatura, foi o Banco Palmas, que surgiu em 1998 como resultado de uma trajetória de mobilizações populares por melhores condições de vida em um bairro da periferia do município de Fortaleza-CE, o Conjunto Palmeira. Esse banco foi criado pela associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), no intuito de fornecer microcrédito em condições acessíveis para a produção e o consumo local. (SILVA; PEREIRA, 2023, p. 10).

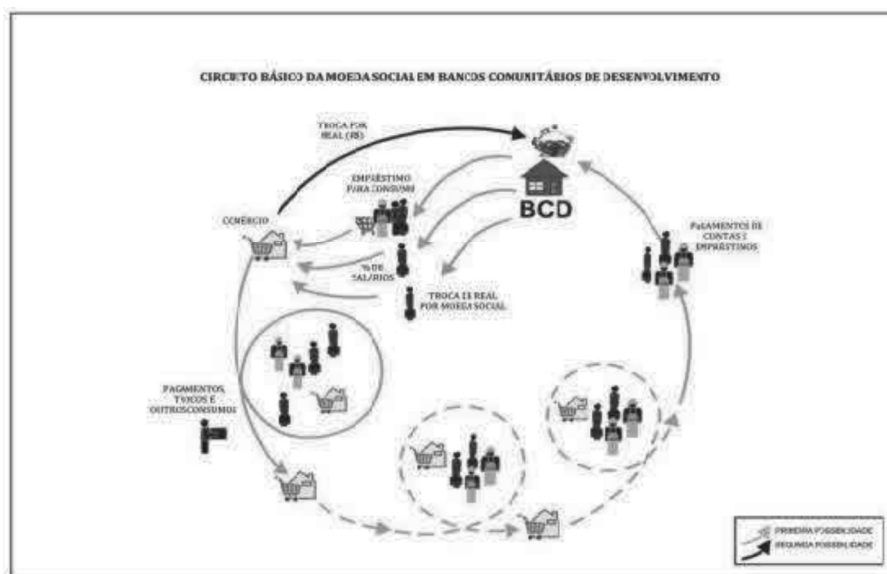
Em 2003, por meio da Medida Provisória nº 103, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo como primeiro secretário o professor Paul Singer. A criação da secretaria marcou uma nova diretriz no fomento à geração de emprego e renda por meio de atividades econômicas solidárias. Nesse contexto, o governo federal passou a incluir, de forma pioneira, a economia solidária em sua agenda oficial, reconhecendo sua relevância como estratégia de desenvolvimento social e econômico.

Por sua vez, os BCDs são organizações que buscam promover circuitos integrados de desenvolvimento local, interligando as demandas de crédito com práticas de produção, comercialização, capacitação e assistência técnica, sob a gestão da própria comunidade. Para alcançar seus objetivos e garantir a manutenção de suas atividades, esses bancos firmam parcerias com um leque variado de entidades públicas e privadas, com vistas à formação de fundos financeiros próprios a partir de múltiplas fontes de recursos. Nesse sentido, tais instituições configuram-se como instrumentos estratégicos de inclusão financeira e fortalecimento das economias locais, ao articularem ações que integram desenvolvimento econômico e organização social (SILVA; PEREIRA, 2023, p. 10).

Os autores Silva e Pereira (2023), reforçam a compreensão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento como instrumentos fundamentais para a dinamização das economias locais. Ao destacarem a articulação entre crédito, produção e organização comunitária, evidenciam que essas iniciativas vão além da função

financeira, atuando também como mecanismos de inclusão social e fortalecimento territorial. Dessa forma, os BCDs consolidam-se como estratégias relevantes no âmbito da economia solidária, ao promoverem o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades. A gestão realizada pelos próprios moradores fortalece a autonomia comunitária e garante que as decisões estejam alinhadas às reais necessidades locais. Além disso, promove maior participação social e senso de pertencimento, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Figura 1 - Representação do circuito básico da moeda social no BCD



Fonte: Adaptado de França Filho, Rigo e Leal (2011).

A figura ilustra o circuito básico de funcionamento da moeda social nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), evidenciando a circulação de recursos dentro de um território específico. A moeda social é obtida por meio da troca com a moeda oficial e utilizada pela população local para consumo em estabelecimentos da própria comunidade. Nesse processo, o BCD atua como agente central, oferecendo crédito para consumo e produção, além de intermediar as relações econômicas locais. Observa-se que os recursos circulam entre moradores, comerciantes e prestadores de serviços, promovendo o pagamento de bens, serviços e parte dos salários em moeda social. Esse fluxo tende a permanecer no território, fortalecendo o comércio local e reduzindo a saída de recursos para mercados externos.

Por conta de questões sociais, a miserabilidade apontada como um risco à saúde, o endividamento das famílias, além da precariedade geográfica, segundo Rigo e França Filho (apud CRUZ; NASCIMENTO, 2021), o advento do Banco Comunitário de Palmas ocorreu como resposta às demandas da conjuntura local, marcada por

insuficiências e privações econômicas e sociais, como a pobreza e a desigualdade. Para os moradores, inspirar ações em um cenário praticamente catastrófico evidenciou a força dos grupos comunitários daquele conjunto. Desde a criação do Banco Palmas, em 1998 — a primeira iniciativa do tipo no País —, o projeto era ainda pouco conhecido pela população e pelo próprio governo brasileiro. Devido a questões burocráticas, enfrentou resistência por parte do Banco Central do Brasil (Bacen), que entendia ser necessária uma regulamentação oficial em razão do uso do denominador “banco”. Essa regulamentação só foi efetivada após o lançamento da moeda social local.

O dinheiro local Palmas foi lançado em 2000, em papel-moeda, com paridade de um para um em relação à moeda nacional Real. Baseada nas conclusões do mapa de consumo, a ideia era reduzir o volume financeiro gasto em outras localidades, baseando-se em concentrar as compras dentro do conjunto Palmeira.[...]De um lado, o banco comunitário faria empréstimos produtivos para pequenos comerciantes e produtores locais (microcrédito produtivo), financiando também uma parcela do consumo feito no bairro. (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 489)

Para a elaboração, como sugere Garcia (2009, apud Senhoras, 2020), “existem diferentes formas de se desenvolver uma economia solidária. O histórico recente tem apresentado algumas estratégias: o cooperativismo, os clubes de trocas e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD).” A partir desse processo inicial de implementação, diversas iniciativas comunitárias surgiram, voltadas à criação de ideias,¹ regulamentações, busca por recursos e fortalecimento da organização local, demonstrando a capacidade das próprias comunidades em promover alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas.

Outras experiências ocorrem na região de Matarandiba, na Bahia — uma comunidade tradicional com mais de 900 habitantes, situada na Ilha de Vera Cruz, cuja dinâmica econômica se concentra no extrativismo dos manguezais, com a coleta de mariscos, ostras, sururu, aratu e lambretas, além da prática da pesca artesanal. (PROJETO ECOSMAR, 2008, p. 21, apud Rigo, França Filho e Leal, 2015, p. 10), [...] o Banco Comunitário Ilhamar, fundado em 27 de abril de 2008, objetiva “integrar a comunidade socioeconomicamente através da oferta de microcrédito solidário para gerar produção, consumo e serviços, criando oportunidades de trabalho e renda”. Essas oportunidades de microcrédito solidário para produção, consumo e serviços são

² As cooperativas são organizações formadas pela associação voluntária de pessoas que buscam atender interesses econômicos e sociais comuns por meio da gestão democrática e da cooperação entre seus membros.

³ Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são iniciativas financeiras solidárias voltadas ao fortalecimento das economias locais, oferecendo serviços como crédito, incentivo ao consumo local e gestão de moedas sociais, com foco na inclusão financeira e no desenvolvimento do território.

denominadores e elementos para a produção local; e tem como intuito acrescentar a renda, estimular a produção e movimentar compras de matérias primas. “Vale notar que, esse circuito, em situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócios com produtos de dentro da comunidade, tal sistema/circuito mostra-se curto e frágil”. (Rigo, França Filho e Leal, 2015, p. 12).

O BCD Ilhamar cumpre um papel de relativo destaque na rede de economia solidária de Matarandiba, pelo fato de se constituir como núcleo socioeconômico fundamental na sua dinâmica. Isto porque o banco constitui-se como instância central de financiamento de diversas iniciativas da rede local, pois, através da disseminação do microcrédito popular e solidário, ele contribui tanto no financiamento direto da própria produção ou prestação de serviços na comunidade (favorecendo o surgimento de novas iniciativas), quanto no financiamento do próprio consumo local. (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 24).

Outro caso importante é o de Maricá. Como explicam Silva e Pereira (2022, p. 172), a implementação da moeda social Mumbuca e do Banco Comunitário de Desenvolvimento configura-se como uma estratégia de finanças solidárias voltada a reforçar políticas sociais locais, promovendo a circulação de recursos dentro da própria comunidade e ampliando a autonomia econômica dos cidadãos. Os autores acrescentam que “[...] foi criado o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social (PMEPS) de Maricá, com o objetivo de combater as desigualdades sociais e potencializar o uso de recursos públicos para a geração de trabalho e renda no município” (SILVA; PEREIRA, 2022, p. 172). A transferência de renda por meio de moedas sociais tem se mostrado uma estratégia capaz de fortalecer economias locais e ampliar a inclusão social. Nessa modalidade, os recursos repassados às famílias não circulam em moeda oficial, mas em uma moeda própria do território, o que impede sua saída imediata para outros centros econômicos e garante que o poder de compra permaneça na comunidade. Isso gera um ciclo econômico local no qual o benefício “gira” diversas vezes entre comerciantes, produtores e prestadores de serviços, ampliando seu impacto no desenvolvimento territorial.

Um exemplo interessante de inovação social ocorreu em Curitiba. Como mencionam Rigo, França Filho e Leal (2020, p. 20), “[...] acerca do uso de moedas complementares. Em 1971, o prefeito da cidade, no intuito de resolver o problema dos resíduos e lixo típicos das cidades brasileiras em processo de crescimento demográfico, criou uma moeda complementar sob a forma de transporte”. Trata-se de uma iniciativa ousada e bem estruturada, que oferecia recompensas em troca da participação da população na limpeza urbana. A ideia demonstra como instrumentos de troca

alternativos podem estimular o engajamento comunitário e, ao mesmo tempo, contribuir para a solução de problemas locais. Experiências desse tipo poderiam inspirar ações semelhantes em bairros e localidades que enfrentam desafios sociais, incluindo questões básicas, como o saneamento, cuja responsabilidade é atribuída às administrações municipais.

2.3 O Papel da Tecnologia e Inovação na Expansão das Moedas Sociais

As experiências das moedas sociais no Brasil têm se fortalecido com a introdução do E-dinheiro a partir de 2015, uma plataforma digital que moderniza a circulação dessas moedas comunitárias. A partir dessa ferramenta, bancos comunitários passaram a operar transações eletrônicas de forma simples e acessível, ampliando a participação dos moradores e dinamizando o comércio local. Cernev e Diniz (2020, p. 489) afirmam que “Se bem-sucedido, justamente pode atender a 14,4 milhões de famílias naquele programa, tal piloto poderia se tornar o maior caso de mobile payments (pagamentos móveis) em todo mundo!” O autor menciona a experiência no Quênia frente a situação de miserabilidade no ano de 2010, quando pela primeira vez tivemos a experiências desses serviços prestados no País.

O E-dinheiro contribui para maior segurança, transparência e rapidez nas operações, sem perder o caráter solidário e territorial das moedas sociais. Dessa forma, a digitalização representa um avanço importante para a gestão comunitária, fortalecendo iniciativas de desenvolvimento local e inclusão financeira em comunidades historicamente marginalizadas.

A rastreabilidade da moeda Eletrônica dos bancos comunitários permite, assim, pensarmos em traduzir a transparência comunitária para portais digitais de transparência dos bancos comunitários, ainda que armazenada em um banco de dados centralizado. Por um lado, apoiando os próprios BCDs em sua gestão, e por outro, democratizando o acesso às informações de circulação das moedas para as próprias comunidades e as diferentes instâncias de poder público. (FARIA et al., 2019, p. 149).

Assim como as moedas sociais eletrônicas, as tecnologias digitais também avançam para melhor proteger e dar segurança aos clientes e associados dos bancos comunitários, o lastreamento e marca d'água das moedas físicas garantem a qualidade de um sistema simples, porém, seguro e eficiente, já no sistema *mobile*. Como explicam Cernev e Diniz (2020), “O aplicativo E-Dinheiro para Android e iOS incluía os serviços de pagamento (inclusive via QR-code, para operações offline), transparência, cobrança, extrato, recargas de celular, depósitos e resgate — esses últimos somente no banco.”, essa estrutura digital ampliou as funcionalidades disponíveis aos usuários, porém,

dentro dessas características citadas pelos autores, nem todos os serviços tinham operações online, o que dificultaria transações a longas distâncias.

As tecnologias sociais desempenham um papel central no fortalecimento das iniciativas de economia solidária, especialmente no funcionamento das moedas sociais e de seus instrumentos digitais de pagamento. Entretanto, observa-se que muitos moradores que participam dessas experiências enfrentam dificuldades significativas para acessar tais tecnologias. Segundo Cernev e Diniz (2020), “Para contornar o custo do dispositivo e fomentar a utilização do aplicativo E-dinheiro, o Banco Palmas começou a oferecer financiamentos para aquisição de *smartphones* de baixo custo, com pagamentos diluídos em várias parcelas, com juros baixos”. Em grande parte, isso ocorre porque se tratam de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde a aquisição de celulares adequados, smartphones atualizados ou aparelhos com conexão estável à internet ainda é limitada. Essa realidade restringe o uso de aplicativos como o E-Dinheiro e outras plataformas digitais que fazem parte da gestão e circulação das moedas sociais. Assim, apesar de as tecnologias sociais promoverem inclusão financeira e autonomia comunitária, sua efetividade depende também do acesso material dos moradores aos dispositivos tecnológicos, o que evidencia a necessidade de políticas complementares de inclusão digital e de suporte técnico local.

Uma experiência inusitada em Maricá – Rio de Janeiro, foi a consequência feita pela prefeitura local, em trocar e estabelecer uma ideia inovadora segundo (FARIA et al., 2019), “Contudo, quando questionados sobre uma possível mudança tecnológica (do cartão para *smartphones*), usuários do então “cartão Mumbuca” demonstram claro desconforto (Faria, 2018)”. Essa resistência evidencia que a adoção de novas tecnologias nem sempre acompanha o ritmo das políticas de inovação implementadas pelo poder público.

Por fim, o banco Palmas, disponibilizava diversos serviços na plataforma, alguns desses equivalentes aos bancos tradicionais, Segundo Cernev e Diniz (2020, p. 490), “o banco poderia oferecer serviços, como pagamento de contas, transferências eletrônicas de dinheiro (inclusive entre pessoas), consultas a saldos e extratos, recarga de celular pré-pago”. Embora essa perspectiva evidencie avanços importantes na modernização e na ampliação do acesso a serviços financeiros, é necessário problematizar os limites dessa digitalização, especialmente quando analisada sob a ótica da inclusão social.

Verifica-se que, a adoção intensiva de serviços digitais pode, paradoxalmente, reforçar processos de exclusão financeira. Isso ocorre porque uma parcela significativa da população de baixa renda ainda enfrenta dificuldades no acesso a dispositivos adequados, como smartphones, bem como à internet de qualidade. A limitação de recursos financeiros impede que muitos indivíduos acompanhem o ritmo da digitalização, criando uma barreira estrutural ao uso desses serviços. Para além, há um desafio relacionado à alfabetização digital. Grupos como idosos e pessoas com menor escolaridade frequentemente não possuem familiaridade com aplicativos bancários ou plataformas digitais, o que dificulta a utilização plena dessas ferramentas. Nesse sentido, a simples disponibilização dos serviços não garante sua efetiva acessibilidade, uma vez que o uso exige competências tecnológicas que nem todos os usuários possuem.

Dessa forma, embora os serviços destacados por Cernev e Diniz (2020) representem um avanço relevante, considero que a digitalização, quando não acompanhada de políticas de inclusão digital e educação financeira, poderá aprofundar desigualdades já existentes, podendo produzir assim o efeito reverso. Assim, torna-se fundamental que iniciativas como as dos bancos comunitários considerem estratégias híbridas (não substituindo totalmente o papel moeda), que conciliem o atendimento digital com formas presenciais, garantindo que a inovação não exclua justamente aqueles que mais necessitam desses serviços.

3. MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL: REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO NO CONTEXTO LOCAL

As moedas sociais são compreendidas como mecanismos alternativos de circulação econômica, voltados ao fortalecimento das economias locais e à inclusão financeira de populações em situação de vulnerabilidade. No contexto brasileiro, essas iniciativas estão diretamente relacionadas à economia solidária, tendo como marco a criação do Banco Palmas, em 1998, na cidade de Fortaleza, experiência que impulsionou a expansão dos bancos comunitários no país. De modo geral, as moedas sociais apresentam circulação restrita ao território onde são implementadas, sendo lastreadas na moeda oficial e administradas por organizações comunitárias. Seu principal objetivo consiste em incentivar o consumo local, fortalecer pequenos negócios e manter a riqueza circulando dentro da própria comunidade, promovendo, ainda, o ‘pertencimento social, a valorização da cultura local, o fortalecimento de articulações políticas públicas e a difusão de saberes entre os municípios.

A criação de moedas paralelas às oficiais como estratégia para a organização de circuitos locais de transações tem surgido como uma importante alternativa de enfrentamento das limitações e problemas gerados pelas moedas convencionais (LINTON; SOUTAR, 1994 *apud* OLIVEIRA et al., 2016, p. 467).

No que se refere à regulamentação, observa-se que, durante longo período, essas iniciativas operaram sem legislação específica no Brasil, sendo consideradas legais desde que não configurassem emissão de moeda oficial paralela. Nesse sentido, tais moedas não podem ser objeto de câmbio, não possuem cotação no mercado, não sofrem valorização ou desvalorização e não integram o sistema cambial internacional. O Banco Central do Brasil reconhece a existência dessas práticas, desde que respeitados os limites do Sistema Financeiro Nacional, especialmente no que se refere à não concorrência com a moeda oficial. Assim, as moedas sociais são estruturadas com paridade em relação ao real, de modo que, por exemplo, 1 unidade de moeda social corresponda a R\$ 1, preservando a equivalência de valor e evitando a caracterização de concorrência monetária.

Mas, recentemente, têm surgido propostas legislativas com o intuito de regulamentar as moedas sociais no Brasil. Destaca-se, nesse contexto, o Projeto de Lei nº 4.476/2023, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a criação de um marco legal para a emissão e gestão dessas moedas por bancos comunitários,

estabelecendo critérios como a paridade com a moeda oficial e a delimitação territorial de circulação. A iniciativa busca conferir maior segurança jurídica, fortalecer a economia solidária e ampliar o uso dessas ferramentas como instrumentos de desenvolvimento local. Ademais, observa-se uma relação indireta com o município de Cachoeira, na medida em que políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas e o reconhecimento de manifestações culturais contribuem para o fortalecimento do contexto em que a moeda está inserida. (BRASIL, 2023)

No âmbito normativo, destaca-se que não há limite quantitativo previamente estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a emissão ou definição de valores das moedas sociais. Tais instrumentos devem observar, quando aplicável, as normas gerais do sistema de pagamentos brasileiro. Ademais, compete a cada banco comunitário estabelecer autonomamente a quantidade emitida e a estrutura de valores das cédulas, o que resulta em significativa heterogeneidade entre as experiências, incluindo formatos físicos e digitais. Nesse contexto, a operacionalização de moedas sociais em formato digital, como aquelas baseadas em plataformas eletrônicas, pode se enquadrar juridicamente como arranjo de pagamento, nos termos da Lei nº 12.865/2013, sendo também regulamentada por normativos do Banco Central, como as Resoluções BCB nº 80/2021 e nº 150/2021, que disciplinam, respectivamente, os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Muito embora a Constituição Federal vigente seja clara ao privilegiar o desenvolvimento econômico plural, solidário e vinculado aos direitos humanos, ou o pluralismo produtivo, não é essa a realidade enfrentada por aqueles que enveredam por modelos produtivos alternativos ao capitalista. No caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, sequer existe marco regulatório específico que possibilite a sua criação e atuação nos moldes legais próprios, considerando sua natureza singular [...] (ARAÚJO; PIMENTEL FILHO, 2024, p. 101).

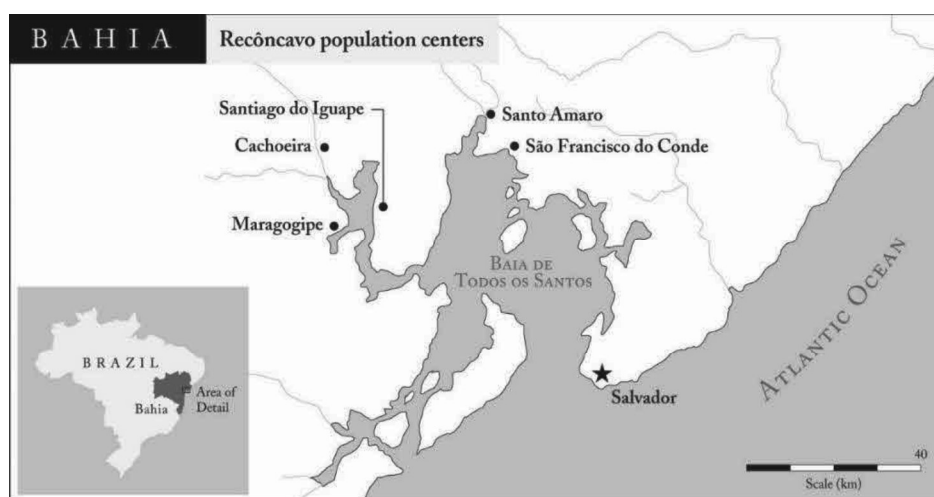
No Brasil, estima-se de acordo com a RBBC – Rede brasileira de bancos comunitários, a existência de aproximadamente 150 à 182 bancos comunitários, responsáveis pela emissão de cerca de 182 moedas sociais, das quais aproximadamente 160 permanecem em circulação. Ressalta-se, contudo, que tais instituições não são formalmente registradas como bancos junto ao Banco Central, uma vez que operam no âmbito da economia solidária. A regulação ocorre de forma indireta, especialmente nos casos em que há utilização de arranjos de pagamento, sendo que parte dessas iniciativas já se encontra integrada a plataformas digitais compatíveis com as normas do sistema de pagamentos brasileiro (BRASIL, SENAES/MTE; REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2024–2025).

Embora as moedas sociais já sejam utilizadas em diversas comunidades brasileiras, ainda não existe um marco regulatório específico plenamente consolidado. Atualmente, essas iniciativas operam apoiadas em normas relacionadas às instituições de pagamento, economia solidária e livre iniciativa da própria comunidade, além de projetos de lei que buscam regulamentar o setor. Dessa forma, as moedas sociais vêm conquistando espaço no cenário econômico brasileiro, especialmente como instrumentos de fortalecimento da economia solidária, e do desenvolvimento local fortalecendo o crescimento endógeno da região oriunda da moeda, as iniciativas existentes demonstram relevância social e econômica, ao mesmo tempo em que impulsionam debates legislativos voltados à sua regulamentação e reconhecimento institucional. (BRASIL,2023)

4. A MOEDA SURURU NA COMUNIDADE DE SANTIAGO DO IGUAPE

A moeda social Sururu foi criada em 2012 no território quilombola do Vale do Iguape, no município de Cachoeira, Bahia, no contexto das ações voltadas à economia solidária local. Sua consolidação ocorreu em 2013, com a inauguração oficial do Banco Comunitário Quilombola do Iguape (BSQI), realizada no Dia da Consciência Negra, o que fortaleceu sua organização e circulação. A partir desse processo, a moeda passou a ser utilizada entre diversas comunidades quilombolas da região, como Santiago do Iguape, Kaonge e Kalembá, contribuindo para a integração econômica e o desenvolvimento territorial.

Figura 02 – Localização de Santiago do Iguape e dos principais centros populacionais do Recôncavo Baiano.



Fonte: The Bahian History Project (2026).

O Distrito de Santiago do Iguape está localizado no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a aproximadamente 110 km da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Seu principal objetivo é estimular o desenvolvimento local, incentivando o consumo dentro da própria comunidade e fortalecendo o comércio de base familiar, além de reduzir a dependência de recursos externos. Nesse sentido, a moeda Sururu atua como um complemento de renda para as famílias e como uma importante ferramenta de desenvolvimento regional, contribuindo para a dinamização da economia local. Além disso, funciona como instrumento de inclusão financeira e autogestão comunitária, permitindo a circulação da renda dentro do território quilombola e fortalecendo atividades tradicionais, como a pesca, a mariscagem e a agricultura.

Figura 03 – Festival cultural e gastronômico da Festa da Ostra 2024



Fonte: Bahia Meu Amor (2024).

Figura 04 – Governador e autoridades locais na festa da ostra em 2024



Fonte: GOVBA, foto de João Souza (2024).

A moeda representa um instrumento de fortalecimento da economia local, incentivando a circulação de recursos dentro da própria comunidade e promovendo maior integração entre comerciantes, moradores e produtores locais. Além de estimular o consumo no comércio da região, a moeda social também contribui para iniciativas de economia solidária e desenvolvimento comunitário. Nesse contexto, a “Festa da Ostra” se destaca como um evento de grande relevância cultural, social e econômica para a localidade, reunindo moradores, turistas e comerciantes em torno da valorização da produção local e da gastronomia regional. A utilização da moeda social durante eventos como a Festa da Ostra, realizada anualmente nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, geralmente entre os meses de setembro e outubro, pode ampliar a circulação financeira dentro da comunidade, fortalecer pequenos empreendedores e incentivar ainda mais a participação da população nas atividades econômicas locais.

Segundo França Filho e Silva Jr. (2009, p. 103 apud RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 21) definem Bancos Comunitários de Desenvolvimento como “uma prática de finanças solidárias de apoio a economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. Caracterizados como uma “prática”, os autores ressaltam quatro ações ou mecanismos de intervenção territorial, intimamente relacionados aos

BCDs: a) fundo de crédito solidário; b) feiras de produtores locais; c) capacitação em economia solidária; e d) moeda social circulante local.

O sururu é um molusco de grande importância econômica e cultural para as comunidades do Vale do Iguape, sendo utilizado como fonte de renda por parte da população local. Além de ser um alimento típico de sabor característico, o sururu representa uma importante fonte de renda para parte da população, já que sua coleta e comercialização ajudam a sustentar diversas famílias da região. Assim, ele está diretamente ligado ao modo de vida das comunidades quilombolas, integrando práticas tradicionais, identidade cultural e subsistência econômica no território. (UFRB, s.d.).

Figura 05 – Cédulas das moedas sociais Sururu



Fonte: Autoria própria (2026).

A cédula da moeda social Sururu apresenta elementos visuais e simbólicos que representam a identidade e a organização do território quilombola do Vale do Iguape. Na imagem 1, observa-se a representação de um crustáceo chamado pitu, elemento ligado aos costumes locais, à cultura e às atividades de pesca e mariscagem, reforçando a relação da moeda com o modo de vida da comunidade. Já a imagem 2 destaca a logomarca do Banco Solidário Quilombola do Iguape (BSQI), que incorpora duas pás de remo, simbolizando a pesca e o sustento das famílias por meio de canoas e embarcações tradicionais.

Na imagem 3, encontra-se o número de série da cédula, que identifica individualmente cada nota junto à nomenclatura do banco comunitário. A imagem 4 representa a marca d'água, um elemento com um relevo espesso sobre a cédula que garante segurança e dificulta a falsificação ou clonagem da cédula. Por fim, a imagem 5 indica o valor da moeda, associado diretamente à denominação da moeda Sururu,

reforçando sua função como instrumento de circulação econômica dentro da comunidade.

Cada cédula possui um elemento gráfico distinto, o que contribui para sua identificação e valor simbólico dentro do território. Atualmente, a moeda Sururu conta com cinco denominações em circulação: 0,50 sururu, 1 sururu, 2 sururus, 5 sururus e 10 sururus, sendo a menor unidade a de 0,50 sururu e a maior a de 10 sururus, evidenciando a diversidade de valores utilizados nas transações locais.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2014), moedas sociais podem existir desde que não sejam confundidas com a moeda oficial não utilizadas para fins especulativos. Embora não se trate de uma “regulamentação estatal formal”, o funcionamento da moeda seguiu um processo de decisões comunitárias, baseado em reuniões coletivas, na participação do conselho quilombola e na definição de regras internas para sua circulação, empréstimos e aceitação nos estabelecimentos locais, de acordo com as informações coletadas em entrevista com a presidente do Banco Comunitário Quilombola do Iguape (BSQI). A própria comunidade definiu os critérios de uso da moeda, garantindo sua aceitação entre comerciantes e moradores. Para além, o banco comunitário passou a orientar os empréstimos e incentivar o uso da moeda no comércio local, o que contribuiu para ampliar a adesão dos estabelecimentos e fortalecer sua circulação no território.

4.1 Da Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando dados quantitativos descritivos provenientes dos questionários para complementar a análise, tendo como objetivo analisar o funcionamento das moedas sociais e seus aspectos de regulamentação no contexto brasileiro, com ênfase na experiência da moeda social Sururu.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam economia solidária, bancos comunitários e moedas sociais. Já a pesquisa documental baseou-se na análise de legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais, como normas do Banco Central do Brasil e projetos de lei relacionados ao tema, a exemplo do Projeto de Lei nº 4.476/2023, que visa compreender os aspectos normativos que influenciam a

implementação e a operacionalização das moedas sociais. Entretanto, foi realizada uma pesquisa de campo, com a aplicação de 30 questionários estruturados a indivíduos maiores de 18 anos, selecionados por conveniência na comunidade de Santiago do Iguape, município de Cachoeira (BA). Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o distrito de Santiago do Iguape, localizado no município de Cachoeira (BA), possuía uma população de 2.914 habitantes. Diante desse universo populacional, optou-se pela realização da pesquisa com uma amostra de 30 participantes. A definição desse quantitativo considerou o caráter exploratório do estudo, Dessa forma, os resultados apresentados devem ser compreendidos como uma análise exploratória das percepções dos participantes da pesquisa, não sendo possível generalizá-los estatisticamente para toda a população de Santiago do Iguape, mas compreender as percepções, experiências e níveis de conhecimento relacionados à moeda social Sururu. Além disso, buscou-se contemplar diferentes perfis sociais presentes na comunidade, incluindo usuários e não usuários da moeda, a fim de obter uma compreensão inicial da percepção local sobre a iniciativa. A escolha da amostra também levou em consideração aspectos operacionais, como o tempo disponível para a coleta de dados, a acessibilidade aos participantes e as limitações inerentes ao trabalho de campo, garantindo a viabilidade da pesquisa e a diversidade das informações obtidas.

A escolha do município se justifica por se tratar do território de circulação da moeda social Sururu, localizada no distrito de Santiago do Iguape, aproximadamente a 16 km da sede do município de Cachoeira (BA), sendo uma região diretamente impactada por iniciativas de economia solidária e diversidades culturais. O instrumento de coleta desses dados foi composto por perguntas objetivas, claras e organizadas em blocos temáticos, abordando o conhecimento, o uso e a percepção dos participantes em relação à moeda social Sururu.

Os questionários foram aplicados entre os dias 16 e 17 de março de 2026, na localidade de Santiago do Iguape. Participaram da pesquisa diferentes segmentos sociais, incluindo trabalhadores rurais, comerciantes, marisqueiros e pescadores, contemplando tanto usuários quanto não usuários da moeda. A seleção dos participantes ocorreu por conveniência, tendo como um dos critérios de inclusão a idade mínima de 18 anos e a residência na comunidade de Santiago do Iguape.

4.2 Dos Resultados

Durante a realização da pesquisa de campo, foram identificadas algumas limitações que impactaram o processo de coleta de dados. Dentre elas, destaca-se a baixa adesão inicial dos participantes, evidenciada pela resistência de parte dos participantes em responder aos questionários, o que demandou maior esforço da aplicação da pesquisa para a obtenção da amostra proposta.

Outro aspecto relevante refere-se ao desconhecimento observado entre parte dos respondentes da pesquisa acerca da moeda social Sururu, tanto em relação à sua existência quanto ao seu funcionamento. Observou-se que uma parcela significativa dos respondentes não compreendia os objetivos da moeda, nem as formas de utilização no cotidiano, o que evidencia fragilidades no processo de difusão e educação financeira no âmbito local. Adicionalmente, foram identificadas percepções críticas por parte dos participantes, direcionadas tanto às autoridades locais quanto aos agentes envolvidos na implementação da moeda social. Muitos entrevistados relataram a ausência de benefícios concretos, bem como a falta de incentivos que justificassem sua utilização, o que contribui para a baixa adesão ao instrumento.

Por fim, constatou-se também a dificuldade dos participantes em reconhecer as vantagens potenciais das moedas sociais, o que pode estar relacionado à limitação de informações, à pouca circulação da moeda na comunidade ou à ausência de políticas públicas mais efetivas de incentivo ao seu uso.

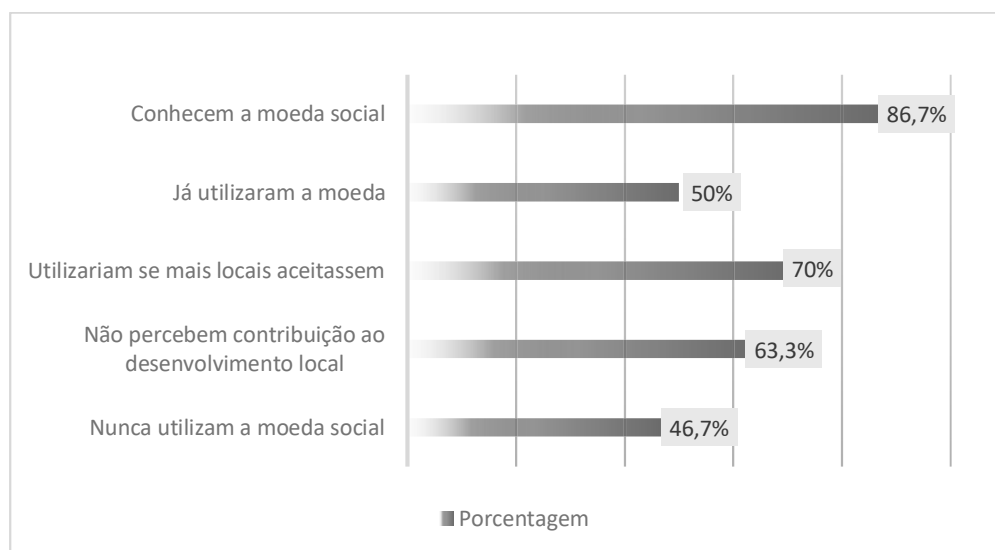
Tais limitações não invalidam os resultados da pesquisa, mas devem ser consideradas na análise dos dados, uma vez que refletem a realidade do contexto estudado e contribuem para a compreensão dos desafios enfrentados na implementação de moedas sociais em comunidades locais.

4.2.1 Panorama dos Resultados Demonstrados

A tabela a seguir apresenta os resultados referentes ao nível de conhecimento da população da região do Iguape acerca da moeda social Sururu. Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo possibilitam analisar a percepção dos moradores sobre a utilização e a funcionalidade dessa iniciativa no contexto local. Observa-se que, apesar de parte dos entrevistados demonstrar conhecimento sobre a moeda social, ainda existem limitações relacionadas à divulgação e à compreensão de seu funcionamento.

Nesse sentido, os resultados evidenciam aspectos importantes para a análise da adesão da comunidade às políticas de economia solidária na região.

GRÁFICO 01: Resultados sobre conhecimentos da Moeda



Fonte Elaboração Própria (2026)

Os resultados apresentados demonstram que a moeda social Sururu possui um nível elevado de conhecimento entre os participantes da pesquisa, uma vez que 86,7% dos entrevistados afirmaram conhecer a iniciativa. Esse dado revela que a moeda já alcançou certo reconhecimento dentro da comunidade, indicando que sua existência é conhecida pela maior parte da população local. Entretanto, o conhecimento da moeda não necessariamente representa sua utilização efetiva no cotidiano econômico dos moradores. Ao analisar os dados referentes ao uso da moeda social, observa-se que apenas 50% dos participantes afirmaram já ter utilizado a Sururu. Esse resultado evidencia um distanciamento entre o conhecimento da iniciativa e sua aplicação prática, demonstrando que parte significativa dos entrevistados ainda não incorporou a moeda social em suas atividades comerciais e financeiras diárias.

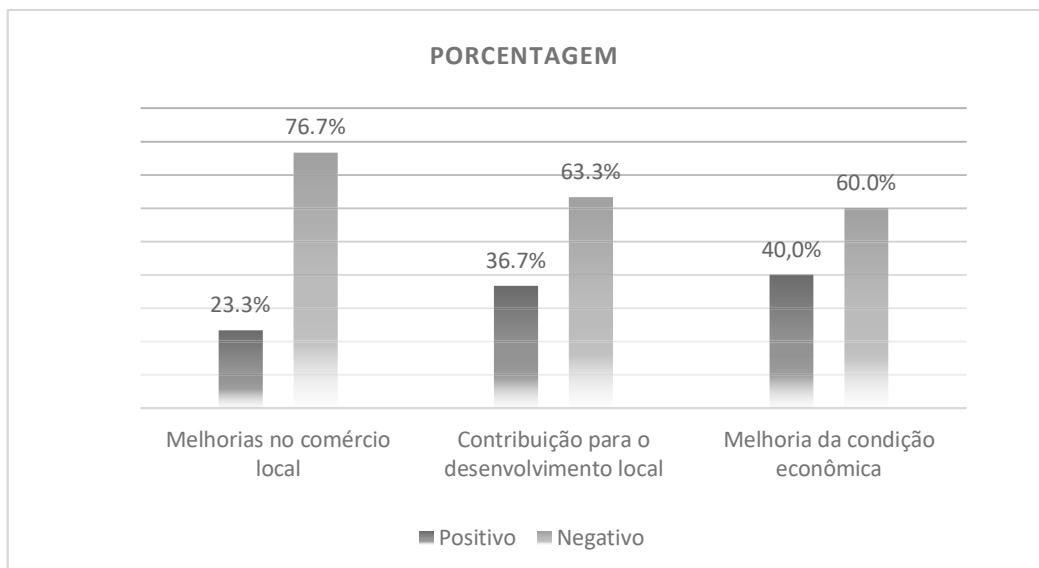
Outro resultado de grande relevância identificado na pesquisa refere-se ao potencial de crescimento da moeda social. Cerca de 70% dos entrevistados afirmaram que utilizariam a moeda caso ela fosse aceita em mais estabelecimentos da cidade. Esse

resultado sugere que a ampliação da rede de aceitação comercial pode contribuir para aumentar a utilização da moeda social na comunidade. Dessa forma, percebe-se que a ampliação do número de estabelecimentos comerciais pode representar um fator fundamental para o fortalecimento da moeda social na comunidade.

Contudo, 63,3% dos participantes não percebem contribuição significativa da moeda social para o desenvolvimento da localidade. Esse cenário pode estar associado à baixa frequência de utilização da moeda, à limitação de estabelecimentos participantes e à pouca divulgação das ações relacionadas ao projeto. A ausência de impactos econômicos visíveis para parte da população reduz a percepção de eficácia da iniciativa. Além disso, os dados revelam que 46,7% dos entrevistados afirmaram nunca utilizar a moeda social. Esse resultado reforça a existência de dificuldades relacionadas à adesão dos entrevistados, indicando que a moeda ainda não conseguiu se consolidar como instrumento frequente nas relações econômicas locais.

De maneira geral, os resultados demonstram que a moeda social Sururu apresenta potencial para fortalecimento da economia local, especialmente pelo elevado nível de conhecimento e pelo interesse demonstrado pelos respondentes em utilizá-la caso existam mais estabelecimentos participantes. Contudo, os dados também evidenciam desafios importantes, como baixa utilização prática, pouca percepção de impacto econômico e necessidade de maior divulgação e incentivo institucional. Dessa forma, torna-se necessário investir em estratégias de fortalecimento da moeda social, buscando ampliar sua circulação, aceitação comercial e participação da comunidade.

Tabela 02 – Distribuição das respostas quanto à percepção dos impactos da moeda social Sururu sobre indicadores de desenvolvimento local.



Fonte: Elaboração Própria (2026)

Esse gráfico apresenta a distribuição das respostas dos entrevistados quanto à percepção dos impactos da moeda social Sururu sobre três indicadores relacionados ao desenvolvimento local: melhorias no comércio local, contribuição para o desenvolvimento da localidade e melhoria da condição econômica. Os resultados evidenciam uma predominância de avaliações negativas em todos os indicadores analisados, sugerindo que os benefícios esperados da moeda social ainda não são amplamente percebidos pela população da comunidade pesquisada.

Em relação às melhorias no comércio local, observa-se o maior percentual de respostas negativas entre os três indicadores avaliados. Dos participantes da pesquisa, 76,7% afirmaram não perceber melhorias no comércio local após a implementação da moeda social, enquanto apenas 23,3% identificaram mudanças positivas. Esse resultado pode indicar que a moeda social ainda não alcançou um nível de circulação capaz de produzir impactos visíveis sobre as atividades comerciais da comunidade. Além disso, a baixa percepção de melhorias pode estar associada à limitada quantidade de estabelecimentos que aceitam a moeda e ao reduzido número de usuários que a utilizam regularmente em suas compras cotidianas.

No que se refere à contribuição da moeda social para o desenvolvimento da localidade, 63,3% dos entrevistados declararam não acreditar que a iniciativa contribua para o desenvolvimento local, ao inverso demonstram que 36,7% afirmaram perceber essa contribuição. Esse resultado demonstra que a maioria dos entrevistados ainda não associa a moeda social aos processos de fortalecimento econômico e social da comunidade. Tal percepção pode decorrer da insuficiente divulgação dos objetivos da

moeda social e da dificuldade de os moradores identificarem seus efeitos indiretos sobre a economia local, como a retenção de recursos financeiros no território e o incentivo ao consumo nos empreendimentos da própria comunidade.

Quanto à melhoria da condição econômica dos moradores, 60% dos participantes afirmaram que a moeda social não contribui para esse aspecto, enquanto 40% reconheceram algum nível de contribuição. Embora este tenha sido o indicador que apresentou a menor diferença entre respostas positivas e negativas, os resultados ainda revelam que a maior parte da população não percebe benefícios econômicos concretos decorrentes da utilização da moeda social. Esse cenário pode estar relacionado à baixa frequência de utilização da moeda, à limitação de sua rede de aceitação e à ausência de incentivos que estimulem sua circulação entre consumidores e comerciantes.

Os resultados apresentados no gráfico evidenciam alguns pontos de atenção para o fortalecimento da moeda social Sururu como instrumento de desenvolvimento local. O primeiro deles refere-se à necessidade de ampliar a divulgação e o acesso às informações sobre o funcionamento e os objetivos da moeda, uma vez que o desconhecimento da população pode comprometer sua adesão. Outro aspecto relevante é a expansão da rede de estabelecimentos participantes, pois a aceitação restrita reduz as possibilidades de utilização da moeda e limita sua circulação dentro da comunidade.

Além disso, os dados revelam uma preocupação importante relacionada à credibilidade e à percepção de efetividade da iniciativa. Quando a maioria dos moradores não identifica melhorias no comércio local, não percebe benefícios econômicos e não associa a moeda ao desenvolvimento da localidade, torna-se mais difícil promover sua adoção e consolidar seus objetivos sociais e econômicos. Dessa forma, os resultados sugerem a necessidade de ações mais efetivas de sensibilização, educação financeira e fortalecimento das parcerias entre comerciantes, moradores e instituições responsáveis pela gestão da moeda social.

Em síntese, os dados demonstram que a moeda social Sururu possui potencial para contribuir com o desenvolvimento local, porém seus efeitos ainda não são amplamente percebidos pelos entrevistados. A predominância de respostas negativas nos três indicadores analisados constitui um alerta para a necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de implementação, divulgação e incentivo ao uso da moeda, de modo que seus benefícios possam ser mais claramente percebidos pela

comunidade e se convertam em resultados concretos para o desenvolvimento do território.

Além dos indicadores analisados nos gráficos, os demais resultados da pesquisa permitem compreender fatores que influenciam diretamente a consolidação da moeda social Sururu na comunidade. Observou-se que parte dos entrevistados possui conhecimento limitado acerca do funcionamento da moeda e de suas vantagens, aspecto que pode comprometer sua utilização no cotidiano. Da mesma forma, a percepção de que a moeda é aceita em um número restrito de estabelecimentos, e reforça a existência de barreiras relacionadas à sua circulação e à ampliação de sua rede de usuários.

Os resultados também evidenciam que a falta de informação, a insuficiente divulgação e o desconhecimento da população figuram entre os principais desafios para o fortalecimento da iniciativa. Nesse contexto, torna-se fundamental ampliar as estratégias de comunicação e sensibilização, de modo a promover maior compreensão sobre os objetivos da moeda social e seus possíveis benefícios para a economia local. A realização de ações educativas, campanhas informativas e atividades de aproximação com a comunidade pode contribuir para reduzir as dificuldades identificadas e ampliar a adesão dos moradores. Outro aspecto relevante refere-se aos incentivos apontados pelos participantes como mecanismos capazes de estimular o uso da moeda social. Entre eles, destacam-se a ampliação dos benefícios associados à sua utilização, o aumento do número de estabelecimentos participantes e a adoção de políticas de incentivo por parte do poder público e das instituições envolvidas. Esses elementos indicam que o fortalecimento da moeda social depende não apenas da sua disponibilidade como meio de troca, mas também da criação de condições favoráveis para sua utilização efetiva.

Adicionalmente, questões relacionadas à confiança em iniciativas alternativas ao sistema monetário convencional e à participação da população em projetos de incentivo demonstram a importância do engajamento comunitário para o sucesso da proposta. Nesse sentido, a construção de relações de confiança, a transparência na gestão da moeda e o fortalecimento da participação social constituem fatores essenciais para ampliar sua legitimidade e potencializar seus impactos sobre o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos indicam que a moeda social Sururu possui certo nível de reconhecimento entre os moradores da comunidade, embora sua utilização ainda ocorra de forma limitada na localidade do Iguape. Os principais fatores que dificultam sua consolidação estão relacionados à pouca divulgação, baixa quantidade de estabelecimentos participantes, falta de conhecimento sobre funcionamento e limitações na confiança da população.

Apesar disso, parte dos participantes reconhece que a moeda social pode contribuir para o fortalecimento do comércio local e para o desenvolvimento econômico da comunidade..., desde que existam maiores incentivos, campanhas educativas e expansão da rede de aceitação. Os dados obtidos indicam que a moeda social possui potencial para crescimento, mas necessita de estratégias mais eficientes de inclusão, divulgação e fortalecimento institucional para ampliar sua circulação e aceitação na localidade.

Nesse contexto, a moeda social pode ser compreendida como um instrumento capaz de estimular a circulação de recursos dentro do próprio território, favorecendo o fortalecimento das atividades econômicas locais e incentivando relações de cooperação entre consumidores, comerciantes e instituições comunitárias. Quando amplamente aceita e utilizada pela população, a moeda social tende a contribuir para a valorização dos empreendimentos locais, promovendo maior dinamização econômica e ampliando as oportunidades de desenvolvimento da comunidade. Entretanto, para que esses benefícios sejam efetivamente alcançados, é necessário que a iniciativa esteja acompanhada de mecanismos que fortaleçam sua legitimidade e ampliem sua visibilidade junto à população. A falta de informação sobre o funcionamento da moeda, a limitação da rede de aceitação e o baixo envolvimento dos agentes locais podem comprometer sua capacidade de gerar impactos mais significativos sobre o território.

Para além, o desenvolvimento local promovido por moedas sociais não depende exclusivamente da existência do instrumento monetário, mas também da construção de um ambiente favorável à participação comunitária, ao fortalecimento das redes econômicas locais e à adoção de estratégias permanentes de sensibilização e mobilização social. Dessa forma, a moeda social deve ser entendida como parte de um conjunto mais amplo de ações voltadas ao desenvolvimento endógeno, à inclusão econômica e à valorização das potencialidades existentes na própria comunidade. A

consolidação da moeda social como ferramenta de desenvolvimento local requer o fortalecimento das parcerias entre os diversos atores envolvidos, como a comunidade, os comerciantes locais, as empresas privadas, as organizações sociais e os agentes públicos, uma vez que a atuação conjunta desses segmentos é fundamental para ampliar a circulação da moeda, fortalecer a economia local e impulsionar o desenvolvimento do território.

A ampliação das oportunidades de utilização da moeda e a promoção contínua de ações educativas que possibilitem maior compreensão de seus objetivos e benefícios são elementos fundamentais para o fortalecimento da iniciativa. Além de contribuir para a educação financeira da população, essas ações podem favorecer processos de inclusão social e econômica, ampliando a participação dos moradores nas dinâmicas produtivas e comerciais da comunidade. Nesse sentido, a moeda social não deve ser compreendida apenas como um instrumento de troca, mas também como uma ferramenta capaz de estimular o protagonismo comunitário, fortalecer os vínculos locais e promover maior integração entre os diferentes atores do território. Somente por meio desse processo será possível potencializar sua capacidade de estimular a economia local, ampliar as oportunidades de inclusão, incentivar práticas econômicas mais solidárias e contribuir para o desenvolvimento sustentável do território, considerando suas dimensões econômica, social e ambiental.

Dessa forma, conclui-se que a moeda social Sururu apresenta potencial para contribuir com o desenvolvimento local, desde que sejam fortalecidas as ações de divulgação, educação financeira, participação comunitária e articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos, permitindo que seus benefícios sejam efetivamente percebidos e apropriados pela comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

FARIA, Luiz Arthur S.; SEVERO, Fernando G.; CUKIERMAN, Henrique L.; DINIZ, Eduardo H. Digitalizações de moedas sociais brasileiras e desafios de governanças comunitárias: os requisitos, os códigos e os dados. Brasília: Ipea, 2019.

DE PAULA, Carolina Gabriel de. Bancos comunitários, organizações de solidariedade? *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 7, n. 2, p. 1–15, 2013.

CERNEV, A. K.; DINIZ, E. H. Palmas para o E-Dinheiro! A evolução digital de uma moeda social local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 5, p. 487–506, 2020.

SILVA, Sandro Pereira; PEREIRA, Camila Amaral. *Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: das experiências pioneiras do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. (Texto para Discussão, n. 2843).

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das Conchas em Matarandiba/BA. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 15–31, maio/ago. 2015.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto de; BENINI, Elcio Gustavo; ESTIVAL, Katyanny Santana Gomes; NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone; NASCIMENTO, Diego Federichi do. Moedas sociais e suas contribuições em comunidades economicamente precarizadas. *Desenvolvimento em Questão*. Ijuí: Editora Unijuí, n. 43, p. 453–486, abr./jun. 2018.

ARAÚJO, Iasmim Barbosa; PIMENTEL FILHO, J. Ernesto. Presente e futuro das moedas sociais no contexto digital e suas repercussões no desenvolvimento econômico: análise a partir do pluralismo produtivo. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 56, p. 86–110, dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.476, de 2023*. Estabelece a definição de moedas sociais e regula sua emissão e transação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2387875&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Bancos comunitários e moedas sociais estimulam a economia local e fortalecem o desenvolvimento municipal*. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Trabalho e Emprego. **Câmara aprova projeto de lei que regulamenta moedas sociais no Brasil**. Brasília, 3 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/outubro/camara-aprova-projeto-de-lei-que-regulamenta-moedas-sociais-no-brasil>. Acesso em: 11 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). *Passo a passo Sururus*. Cachoeira: UFRB, s.d. Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/enapegs/images/PassoapassoSururus.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inclusão financeira*. Brasília: BCB, 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/reincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

<https://www.bahiameuamor.com/post/quilombo-do-kaonge-promove-festa-da-ostra-em-cachoeira-ba>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.476, de 2023. Regulamenta a emissão e circulação de moedas sociais no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2388845>. Acesso em: 22 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

The Bahian History Project. *Reconcavo population centers*. Disponível em: [The Bahian History Project](#). Acesso em: 11 jun. 2026.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

(Este questionário é anônimo e destinado exclusivamente à pesquisa acadêmica.)

O instrumento de coleta de dados foi estruturado de forma a contemplar moradores locais, incluindo usuários da moeda social, tendo como público-alvo a população local.

Dados do entrevistado

Idade: _____

Tempo de residência na localidade: _____

Gênero: _____

Escolaridade: _____

Conhecimento sobre a Moeda Social

1. Você conhece a moeda social Sururu?
☐ Sim
☐ Não
2. Você já utilizou a moeda social Sururu?
☐ Sim
☐ Não
3. Você sabe como utilizá-la?
☐ Sim
☐ Não

Uso da Moeda Social

4. Você sabe em quantos estabelecimentos comerciais da região essa moeda é aceita?
☐ Na maioria
☐ Em alguns
☐ Em poucos
☐ Não sei responder
 5. Você utiliza a moeda social em compras locais?
☐ Sim
☐ Não
 6. Há vantagens no uso da moeda social?
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei
☐ Nenhuma
-

Causas e Problemas

7. Quais fatores dificultariam você a utilizar uma moeda social?
 - ☐ Falta de informação
 - ☐ Falta de confiança
 - ☐ Poucos locais que aceitam
 - ☐ Preferência por dinheiro tradicional
 - ☐ Nenhuma
 8. Na sua opinião, qual o maior obstáculo para a adoção da moeda social?
 - ☐ Falta de divulgação
 - ☐ Falta de incentivo
 - ☐ Desconhecimento da população
 - ☐ Falta de apoio do comércio
 - ☐ Nenhuma
 9. Caso você não conheça ou tenha pouco conhecimento sobre moeda social, qual é o principal motivo?
 - ☐ Nunca ouvi falar
 - ☐ Falta de divulgação na minha cidade
 - ☐ Não entendo como funciona
 - ☐ Não confio nesse tipo de moeda
 - ☐ Nenhuma
-

Incentivos e Soluções

10. O que incentivaria você a utilizar uma moeda social?
 - ☐ Descontos em produtos/serviços
 - ☐ Benefícios financeiros
 - ☐ Maior divulgação
 - ☐ Indicação de pessoas conhecidas
 - ☐ Facilidade de uso (aplicativos, transferências bancárias etc.)
 11. Você utilizaria moeda social se ela fosse aceita em diversos estabelecimentos da sua cidade?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
 12. Qual dessas ações você considera mais importante para aumentar o uso da moeda social?
 - ☐ Campanhas de divulgação
 - ☐ Educação financeira
 - ☐ Incentivos do governo
 - ☐ Parcerias com comércios locais
 - ☐ Outras ações
-

Impactos Econômicos

13. É fácil trocar a moeda social por dinheiro?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não

14. É fácil trocar o dinheiro por moeda social?
☐ Sim
☐ Não
15. A moeda social contribui para a melhoria da sua condição econômica?
☐ Sim
☐ Não
16. Com que frequência você utiliza a moeda social?
☐ Sempre
☐ De vez em quando
☐ Raramente
☐ Nunca
-

Desenvolvimento Local

17. Você acredita que a moeda social contribui para o desenvolvimento da localidade?
☐ Sim
☐ Não
18. Você percebe melhorias no comércio local após a implementação da moeda social?
☐ Sim
☐ Não
19. Você confia em iniciativas alternativas ao dinheiro tradicional (como moeda social)?
☐ Sim
☐ Não
20. Você participaria de projetos ou programas que incentivem o uso da moeda social?
☐ Sim
☐ Não
21. Qual sua opinião sobre a moeda social Sururu?
-
-
-